

NARRAR DE DENTRO E NARRAR DE FORA: MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA E COTIDIANO A PARTIR DAS NARRATIVAS DO MASSACRE DO CARANDIRU

NARRATING FROM WITHIN AND NARRATING FROM OUTSIDE: MEMORY, EXPERIENCE AND DAILY LIFE BASED ON THE NARRATIVES OF THE CARANDIRU MASSACRE

Adriana Rezende Faria Taets-Silva

Como citar este artigo:

TAETS-SILVA, Adriana Rezende. Narrar de dentro e narrar de fora: memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do massacre do Carandiru. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.33., p. 7-25, Jan-Jun. 2020.

Recebido em: 21/05/2019

Aprovado em: 17/02/2020

Publicado em: 09/05/2020

ISSN 2316 8412



Narrar de dentro e narrar de fora: memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do massacre do Carandiru

Adriana Rezende Faria Taets-Silva ^a

Resumo: O Massacre do Carandiru, ocorrido no dia 2 de outubro de 1992, é considerado, neste artigo, como um evento crítico que, além de dizimar a vida de uma centena de presos, é também um disparador de narrativas. Tão logo o evento ocorreu, narrativas diversas foram elaboradas para dar conta dos acontecimentos. Se, por um lado, o olhar “de fora” do cárcere, e portanto, de fora do Pavilhão 9, apressou-se em relatar os eventos de modo a buscar compreendê-lo, as narrativas daqueles que experimentaram o mesmo evento – e sobreviveram – levaram anos para serem elaboradas. A partir dos conceitos de Veena Das (1999) sobre a experiência do horror, a construção de narrativas e o trabalho do tempo, este artigo busca compreender as diferenças entre a construção de narrativas da violência por aqueles que observaram de fora os eventos, e aqueles que a vivenciaram enquanto experiência.

Abstract: The Carandiru Massacre, occurred on 2nd October in 1992, is considered in this article as a critical event that besides to decimate the lives of a hundred prisoners is also a trigger for narratives. As soon as the event occurred, a lot of narratives were written to account for events. If, on the one hand, the "outside" look of the jail, and therefore outside Pavilion 9, has hastened to report events so as to seek to understand it, the narratives of those who experienced the same event - and survived - it took years to work out. From the concepts of Veena Das (1999) on the experience of horror, the construction of narratives and the time's work, this article seeks to understand the differences between the construction of violence narratives by those who observed events outside and those who lived it as an experience.

Palavras Chave:

Massacre do Carandiru, Prática da Escrita, Narrativas do Cárcere, Violência, Produção de Memória.

Keywords:

The Carandiru Massacre, Writing Practice, Carcer Narratives, Violence, The memory production.

^a Centro Universitário de Itajubá, Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: adriana.taets@gmail.com

INTRODUÇÃO

No dia 2 de outubro de 1992, após uma invasão do Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo no Pavilhão 9, um dos pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo, no bairro do Carandiru, 111 presos foram mortos, segundo as informações oficiais. A invasão se deu com a intenção de conter uma rebelião causada por uma briga entre detentos. No dia seguinte, o evento ficou conhecido internacionalmente como o Massacre do Carandiru.

Assim que o Massacre¹ ganhou nome, teve início uma proliferação de narrativas buscando narrar os eventos que culminaram na morte dos 111 presos: da Polícia Militar; do Governo do Estado de São Paulo; dos familiares; dos sobreviventes; das organizações não governamentais; da Pastoral Carcerária; do Judiciário. Tais narrativas tentavam compreender os fatos, organizar as informações, penalizar os culpados. Com o passar do tempo, outros relatos foram sendo produzidos, em âmbitos e esferas diversos. No Judiciário, provas foram coletadas, testemunhas ouvidas, um processo construído a fim de que os policiais militares envolvidos na ação fossem julgados por um Tribunal do Júri. Uma narrativa jurídica foi sendo tecida ao longo de mais de vinte anos, o que culminou na construção de um processo jurídico que ainda se encontra em aberto (MACHADO et alli, 2012). Enquanto isso, familiares das vítimas também construíam suas narrativas a fim de culpabilizar o Estado e receber indenizações pela morte de seus parentes.

Artistas e militantes também procuraram construir a memória do evento a partir de exposições, intervenções, instalações, performances etc. No final de 1992, pouco depois do Massacre, o artista Nuno Ramos realiza uma instalação na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre, com o título 111². Nesta instalação, Ramos representa cada uma das vítimas do Massacre com paralelepípedos cobertos por asfalto e breu, cada um deles tendo recebido uma impressão em chumbo com o nome dos 111 presos assassinados, além de cópias de jornais que noticiaram o evento e cinzas de páginas da Bíblia queimadas. Um segundo ambiente trazia imagens de satélite do Cone Sul do Brasil, no dia e hora exatos da invasão da Casa de Detenção, em São Paulo. Os dois ambientes eram separados por um tule, em que havia a impressão de trechos do livro *Cujo*, que seria publicado pelo autor no ano seguinte.

¹ No texto, passarei a me referir ao evento que marcou a morte dos 111 presos no Carandiru apenas como Massacre, como é, geralmente, referido nos textos e materiais que tratam do evento.

² A obra 111 foi primeiramente instalada em Porto Alegre, RS, e no mesmo ano foi exposta no Centro de Estudos Brasileiros, em Assunção, Paraguai, no ano seguinte, 1993, foi exposta no Gabinete de Arte Raquel Arnaud, em São Paulo, SP.

TAETS-SILVA, Adriana Rezende. Narrar de dentro e narrar de fora: memória, experiência e cotidiano a partir das narrativas do massacre do Carandiru. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.33., p. 7-25, Jan-Jun. 2020.



Figura 1: Foto da exposição 111, de Nuno Ramos, na Casa da Cultura Mário Quintana. Fonte: Nuno Ramos, www.nunoramos.com.br

No dia em que o Massacre completou vinte anos, em 2 de outubro de 2012, o mesmo artista realizou uma ação na 30ª Bienal de São Paulo, intitulada 24 Horas 111. A ação consistiu na leitura ininterrupta, por vinte e quatro horas, dos nomes dos 111 presos assassinados naquele evento. A leitura foi realizada por vinte e quatro pessoas diferentes, que declamaram a lista por uma hora. O pronunciamento foi ao ar pela Móbile Rádio BSP, a estação temporária de rádio-arte da Bienal.

Esta leitura ininterrupta foi retomada no dia 2 de novembro de 2016 e recebeu o título de Vigília 111, desta vez, artistas, intelectuais e ativistas, entre eles Zé Celso, Ferréz, Paulo Miklos, Bárbara Paz, Laerte, Marcelo Tas, Rita Cadillac, Marina Person, pronunciaram os 111 nomes dos presos assassinados no Massacre, durante vinte e quatro horas. A performance foi ao ar ao vivo por um canal no Facebook³, tendo recebido mais de um milhão de visualizações, segundo notícia veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, em 2 de novembro de 2016⁴. Esta nova leitura foi realizada como um ato de resistência devido à anulação, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, dos julgamentos pelo Tribunal do Júri, ocorridos em 2013 e 2014, que condenaram setenta e quatro PMs pela morte dos 111 presos. A anulação dos julgamentos ocorreu no dia 27 de setembro de 2016.

Em dezembro de 2014, o Museu da Casa Brasileira (SP) levou a público uma exposição intitulada Sobrevivências/Uma exposição sobre vivências: Carandiru. A exposição fez parte do projeto

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/111UmaVigilia/videos/402803166773987/>. Acesso em 12/05/2018.

⁴ Folha de S.Paulo, Ilustrada, 2/11/2016, “Com público de 1 milhão, acaba ato de Nuno Ramos por mortos do Carandiru”, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/11/1828761-com-publico-de-1-milhao-acaba-ato-de-nuno-ramos-por-mortos-do-carandiru.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

Casas do Brasil e procurou realizar um inventário sobre a diversidade de formas de morar no país. Após o final da exposição, foi lançado um catálogo. A mostra teve como principal objetivo revelar soluções encontradas pelos presidiários do Carandiru para sobreviverem frente aos obstáculos encontrados numa prisão como a Casa de Detenção, lidando com a precariedade, com a falta de liberdade e privacidade. Com curadoria da fotógrafa Maureen Bisilliat, a exposição contou com uma equipe de pesquisa liderada por Sophia Bisilliat e André Camarante, que visitou o Carandiru em outubro de 2001, tendo recebido a permissão para circular livremente pelos pavilhões. A mostra contou ainda com fotografias do Carandiru e também com a reprodução de algumas celas e artefatos produzidos na prisão.

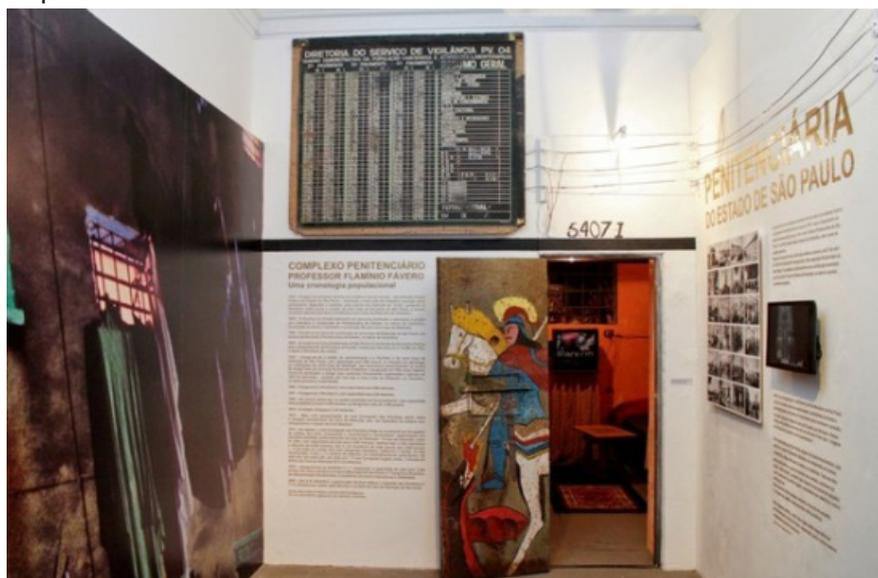


Figura 2: Imagens da exposição SOBREVIVÊNCIAS/Uma exposição sobre vivências: Carandiru, Museu da Casa Brasileira, 2014. Crédito fotográfico: Vinícius Stassola. Fonte: www.mcb.org.br



Figura 3: Imagens da exposição SOBREVIVÊNCIAS/Uma exposição sobre vivências: Carandiru, Museu da Casa Brasileira, 2014. Crédito fotográfico: Vinícius Stassola. Fonte: www.mcb.org.br

Narrativas fílmicas foram também produzidas a partir do Massacre. Em 2003, o cineasta Paulo Sacramento distribuiu câmeras aos presos e os incentivou a mostrar, por meio de vídeos, o cotidiano da Casa de Detenção. O resultado foi o documentário *Prisioneiro da Grade de Ferro* (2004), que conta com mais de duas horas de duração e retrata o Carandiru a partir do ponto de vista de alguns internos, sendo possível conhecer celas, cultos religiosos, grupos de capoeira, faxina, cozinha, espaços e momentos dedicados ao futebol etc.

Anos depois, *Sobreviventes*, a história depois do Carandiru, documentário produzido no ano de 2015 por um grupo de estudantes de jornalismo da PUC de Campinas, relata a vida dos sobreviventes do Massacre depois que deixaram o Carandiru. O sentido de sobrevivente, aqui, pode ser compreendido como sobrevivente do Massacre e também sobrevivente do Carandiru, voltando-se para as maneiras como os egressos encontraram para reconstruir suas vidas após terem deixado a Casa de Detenção.

Ainda sobre a filmografia a respeito do Massacre do Carandiru, há também *Carandiru*, lançado em 2003, baseado na obra *Estação Carandiru* (1999), do médico e escritor Dráuzio Varella, e dirigido por Héctor Babenco⁵. O filme narra, uma vez mais, histórias cotidianas do Carandiru. O seu clímax é o Massacre, retratado a partir de cenas dramáticas, nas quais os presos são assassinados pelos Policiais Militares em suas celas, alguns deles pedindo, expressamente, para não morrer. Depois das tomadas que reconstroem o Massacre, alguns sobreviventes tomam a fala e voltando sua atenção para o evento, tentam compreender os motivos pelos quais não foram mortos naquele dia. Um desdobramento desse filme é o seriado *Carandiru*, outras histórias, produzido pela Rede Globo de televisão, constituído por dez episódios, exibidos entre junho e agosto de 2005. A série foi composta a partir do material não utilizado na produção voltada para o cinema. Os episódios foram gravados no Pavilhão 5, único a não ser demolido em 2002.

Tanto o filme quanto o seriado foram produzidos a partir de *Estação Carandiru*, de Dráuzio Varella. No livro, o narrador em primeira pessoa conta histórias dos presos que conheceu durante os dez anos que trabalhou como médico voluntário na Casa de Detenção, quando procurou criar um programa de prevenção à AIDS entre os internos. O livro, assim como o filme, não é voltado para o Massacre, mas tem no evento o seu ápice⁶. Em 2012, Dráuzio Varella lança um novo volume sobre o Carandiru: *Carcereiros*. Neste segundo livro, o autor narra histórias dos homens que trabalhavam como agentes penitenciários na Casa de Detenção antes que ela fosse desativada. O foco agora são os funcionários, mas o contexto é o Carandiru, e o Massacre o evento que dá início ao livro. A diferença em relação ao primeiro é que este é narrado a partir do ponto de vista de um

⁵ Enquanto esteve na tela dos cinemas no país, o filme alcançou um público de mais de 4 milhões de expectadores, batendo o recorde de público daquele ano, segundo informações do jornal *Folha de S.Paulo*. *Folha de S.Paulo*, Panorâmica, Cinema, “‘Carandiru’ é líder de público e renda no país”, 6 de junho de 2003, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0606200339.htm>. Acesso em 14/2/2017.

⁶ O volume foi publicado em 1999, sendo que no ano seguinte, em 2000, ganhou o prêmio Jabuti de melhor livro do ano, categoria reportagem, e alcançou a marca de 500 mil exemplares vendidos.

agente prisional que estava de plantão no Pavilhão 8, vizinho ao Pavilhão 9, local do Massacre. O livro é composto de pequenas histórias que tratam do cotidiano dos carcereiros, das estratégias que encontram para lidar com os presos e com a vida fora do presídio. O ponto de partida destas narrativas é sempre o Massacre⁷.

Lembremos ainda que a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a partir do seu Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena, realizou, entre 2012 e 2015, uma pesquisa sobre o Massacre do Carandiru a partir de um enfoque jurídico. A pesquisa culminou na publicação do livro *Carandiru não é coisa do passado* (2015), organizado por Maíra Rocha Machado e Marta de Assis Machado. O volume, que conta com mais de 500 páginas, dedica-se à compreensão do funcionamento das instituições brasileiras à luz da instauração do Estado Democrático de Direito a partir da Constituição de 1988. O esforço dos pesquisadores é compreender como o Estado brasileiro se reconhece e se constrói a partir de um evento como o Massacre do Carandiru. Para além da edição do resultado da pesquisa, o Núcleo conta com a manutenção de uma plataforma colaborativa, em parceria com a Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) chamada *Memória Massacre Carandiru, Passado Presente de Violência Estatal em Instituições Prisionais*⁸. A plataforma é um site onde os colaboradores publicam artigos, vídeos e outros materiais sobre o tema, o que funciona como um local de memória do Carandiru, além de um espaço para debate sobre a questão prisional no país. Neste site é possível encontrar uma grande quantidade de narrativas sobre o Massacre, desde documentários, até fotografias, depoimentos de sobreviventes, relatos institucionais e jurídicos, peças jurídicas etc.

Narrativas escritas, jurídicas, fílmicas, orais, literárias, artísticas: esta é apenas uma pequena lista que procura indicar a diversidade de relatos produzidos a partir do Massacre ao longo de vinte e cinco anos, revelando a presença continuada do evento no imaginário e na memória da sociedade brasileira desde então. O Massacre ocorrido em 2 de outubro de 1992 na Casa de Detenção assemelhou-se a uma explosão: em poucas horas, mais de uma centena de pessoas foi morta e outra centena ferida gravemente. Ainda que o evento tenha acontecido num espaço delimitado – dentro dos muros do presídio – seus efeitos foram sentidos a milhares de quilômetros de distância, abalando as estruturas políticas e jurídicas do país e afetando locais distantes da cidade. Não apenas espacialmente, mas também temporalmente foi possível sentir os ecos de tal evento traumático, que catalisou forças, continuando a produzir impactos em longo arco temporal. Após vinte e cinco anos, ainda vemos e sentimos a sua presença nos noticiários cotidianos, quando, por exemplo, se procura julgar (ou inocentar) os responsáveis pelos assassinatos⁹.

⁷ Este livro também recebeu uma adaptação livre para a televisão, a série *Carcereiros*, tendo sido premiada na segunda edição do MIPDrama Screenings, uma das principais feiras do mercado de televisão do mundo, que acontece em Cannes, França. A série estreou em abril de 2018 na Rede Globo, tendo sido disponibilizada em canal pago no ano anterior.

⁸ www.massacrecarandiru.org.br

⁹ O Globo, “Ministro do STJ suspende decisão que anulou o julgamento do Carandiru”. 9/4/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-do-stj-suspende-decisao-que-anulou-julgamento-do-carandiru-22572276>. Acesso em 12/05/2018.

No início do ano de 2017, uma série de rebeliões em presídios do norte e nordeste do país levou à morte mais de 130 presos. Essas mortes, ao contrário do que aconteceu no Carandiru, foram decorrentes do confronto entre os próprios presos, o que ficou conhecido como “briga entre facções”. Diferenças à parte, é o Massacre do Carandiru que baliza o entendimento e organiza os fatos, sendo indicado no noticiário como marco da história prisional no país: no dia 2 de janeiro de 2017, o jornal Folha de S.Paulo publica uma reportagem na seção Cotidiano com o seguinte título: “Maior matança em presídios desde o Carandiru deixa 56 vítimas no AM”; quatro dias depois, em 6 de janeiro de 2017, o mesmo jornal publica outra notícia, agora referindo-se à rebelião e às mortes ocorridas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista: “Confronto mata 31 presos em RR; essa é a segunda maior matança após o Carandiru”. O Massacre ocorrido no Carandiru, duas décadas antes, é sistematicamente acionado como um evento capaz de trazer entendimento à crise carcerária vivenciada pelas instituições no país, já que relembra não ter sido essa a primeira vez em que um número grande de pessoas morre, de forma dramática, em situação de encarceramento. O Carandiru torna-se, então, sinônimo de Massacre e deflagra, no imaginário social, a memória de um evento relacionado a mortes brutais, encarceramento e à própria vida na prisão, funcionando como um condensador simbólico.

A memória do Carandiru, e sobre o Carandiru, no entanto, vai sendo construída à contrapelo da história institucional. Em dezembro de 2002, o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), acionou os botões que implodiram dois dos cinco pavilhões que compunham a Casa de Detenção, mais conhecida como Presídio do Carandiru. Esta implosão fazia parte de uma política de desativação do presídio e da interiorização das prisões no estado. Os presos que se encontravam no Carandiru depois do Massacre foram aos poucos sendo transferidos para unidades prisionais no interior do estado. Em 2005, outros dois pavilhões foram demolidos também pelo governador Geraldo Alckmin, e o lugar deu espaço à construção do Parque da Juventude, que abriga uma grande área verde e instalações culturais e educacionais, como uma escola técnica, um museu de computação, uma biblioteca, entre outros equipamentos. Os relatos sobre as implosões contam que os prédios não gastaram mais de dez segundos para virem abaixo e virarem uma montanha de destroços.



Figura 4: O governador do Estado de São Paulo aciona o botão que detonou os 200 quilos de explosivos responsáveis pela implosão dos pavilhões 2 e 5 da antiga Casa de Detenção. 17/5/2005. Fonte: Portal do Governo, www.saopaulo.sp.gov.br

A implosão dos edifícios dá origem a um novo espaço na cidade de São Paulo, que altera o seu entorno. Antes mesmo da primeira implosão, a especulação imobiliária já anunciava a valorização nos preços de aluguéis de imóveis na região¹⁰. No entanto, mais do que valorização urbana, a política de desativação da Casa de Detenção foi pensada com um processo de interiorização dos presídios paulistas¹¹. A construção de novas unidades prisionais, abrigando um número menor de presos, foi concluída ao longo da década de 1990, aumentando o número de vagas prisionais no estado, ao mesmo tempo em que buscava apagar o “horror” da Casa de Detenção. Esse horror, frequentemente nomeado, no entanto, não se refere somente ao Massacre, mas também ao antigo estilo de aprisionamento: prisões enormes, pouco controle da administração sobre o cotidiano prisional e muita visibilidade do cárcere para fora dele. O Parque da Juventude nasce assim onde antes se encontrava a Casa de Detenção, ainda que tenham sido mantidas algumas unidades prisionais, como a Penitenciária Feminina da Capital e a Penitenciária de Santana, também voltada para a população feminina. O que antes era conhecido como Complexo do Carandiru abrigava não apenas a Casa de Detenção, mas também essas outras unidades prisionais. Apenas a Casa de Detenção foi demolida, o que significa que o Parque da Juventude faz divisa com alguns equipamentos penitenciários, que ajudam a guardar viva a memória da prisão e do evento dramático que aí teve lugar.

Em pesquisa anterior (TAETS, 2013; 2014), quando entrevistei mulheres que trabalhavam

¹⁰ Após o fim de todo o processo de desativação e implosão dos prédios, quando foi construído o Parque da Juventude, valorizou-se ainda mais aquela área da cidade. cf. “Fim da Detenção valoriza imóveis na região do Carandiru”, Estadão, 4/10/2002, disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,fim-da-detencao-valoriza-imoveis-na-regiao-do-carandiru,20021004p20219>. Acesso em 17/2/2017.

¹¹ Rafael Sabaini (2011), em etnografia realizada na cidade de Itirapina, SP, aponta para as modificações na paisagem urbana e nas relações sociais produzidas pela política de interiorização dos presídios paulistas. Tendo como base etnográfica esta mesma cidade, Giane Silvestre (2011) indica as maneiras pelas quais mulheres de presos transitam entre cidades interioranas paulistas e como constroem espaços simbólicos possíveis onde antes não havia espaços para questões relacionadas à vida prisional, tanto dentro quanto fora dos presídios.

como agentes penitenciárias, ouvi de algumas delas que jamais cruzavam o parque à noite, o que seria um caminho mais curto entre a Estação de Metrô Carandiru e a Penitenciária Feminina da Capital, e que preferiam dar a volta no quarteirão e andar quase vinte minutos a mais, já que o parque seria “mal assombrado” (TAETS, 2014). Uma resistência ao uso da área devido à sua ligação com o Massacre também foi notado pelos primeiros diretores deste equipamento. Em reportagem à *Veja São Paulo*, publicada no dia 17 de dezembro de 2010, o então diretor do parque, Paulo Pavam, afirmou que as pessoas evitavam visitar o parque devido à imagem negativa do presídio. Paradoxalmente, ele afirma ser exatamente a memória do presídio e a curiosidade que ele desperta o que atrai um público maior para o local em tempos mais recentes¹².

O Carandiru se faz presente no lugar, assombrando-o, ainda que a política institucional do Estado tenha tentado empreender uma espécie de limpeza histórica; afinal, não seria de bom tom manter a memória de um evento traumático, nem fazer lembrar que São Paulo chegou a abrigar um presídio com uma população de oito mil pessoas. Mas, apesar desta política de apagamento, o Massacre do Carandiru permanece presente na memória, funcionando como produtor de narrativas, vinte e cinco anos depois.

Este breve relato indica como, durante duas décadas, relatos de naturezas distintas foram produzidos a partir do Massacre do Carandiru: livros, documentários, exposições, filmes, acervos históricos, pesquisas acadêmicas, relatórios jurídicos, documentos políticos. Cada um deles visa ora construir uma memória, ora inocentar ou culpar os responsáveis, ou ainda dar a conhecer ao grande público a história de uma população marginalizada, expressando revolta pela injustiça cometida naquele 2 de outubro. De uma forma ou de outra, é possível afirmar que o Massacre produziu, na sociedade, um interesse pelo cárcere. A partir de então, a prisão passou a ser notícia cotidiana, as pessoas buscando informações sobre o Carandiru, mesmo que não fossem diretamente relacionados ao Massacre. O Carandiru se tornava, assim, sinônimo de vida prisional: impresso no espaço (mesmo após a sua desaparecimento física), gravado na imaginação e alçando amplo voo no tempo. O evento passa, pouco a pouco, a nomear presídios em geral, e o Carandiru termina por indicar não apenas um local, mas uma tragédia, constituindo uma espécie de marca.

Rita Palmeira (2018) auxilia a compreender este processo de construção da memória do Carandiru ao analisar quatro volumes elaborados por presidiários no início da década de 2000. Ela indica ter havido um interesse crescente por essa produção específica que ela denomina “literatura marginal”, literatura produzida a partir do cárcere e sobre o cárcere. O fenômeno assinalado pela pesquisadora para a década de 2000 pode ser observado, entre outros, a partir do recorde de público que o filme *Carandiru* alcançou, assim como pelas vendas do livro *Estação Carandiru* na mesma época. O que nos leva a afirmar que o Massacre fez com que a sociedade voltasse o seu olhar para o interior da prisão, o evento crítico funcionando para abrir os muros, conferindo visibilidade à vida prisional.

¹² “Parque da Juventude convive com a memória do Carandiru”, *Veja São Paulo*, Cidade, 17/12/2010, disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/cidades/santana-parque-da-juventude/>. Acesso em 21/2/2017.

Essa produção literária analisada por Palmeira lança luz sobre um tipo de construção da memória que parte da experiência no interior do cárcere e alcança a sociedade por meio da prática escrita. Dentre os diversos tipos de narrativas que vieram à tona a partir do Massacre, são os relatos dos presos o que mais nos aproximam tanto do evento em si, o Massacre, quanto da vida prisional, já que trazem à público uma dimensão da experiência do horror que não pode ser trabalhada nas narrativas anteriores. As narrativas a partir da experiência permitem localizar seus autores duplamente: enquanto sobreviventes e enquanto presos, sujeitos subalternos a quem não é dada voz nem vez. Suas narrativas contam suas estórias, constroem suas memórias, e, também, (re)constroem uma humanidade que lhes foi negada pelo fato de serem presos ou de terem sido presos um dia.

NARRATIVA, EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA

Tão logo o Massacre teve fim – quando os tiros cessaram, os cachorros policiais pararam de atacar e as baionetas deixaram de agredir os presos, quando os familiares dos detentos se aglomeravam do lado de fora dos muros do Carandiru em busca de notícias – os presos deram início ao trabalho de carregar os corpos já mortos de seus colegas, limpando os destroços e apagando muitos dos vestígios do horror que ocorreu ali. Relatos dos sobreviventes afirmam que os policiais obrigaram os presos a carregarem os cadáveres, já que temiam o contato com seu sangue e uma possível contaminação por HIV. Sangue, aliás, que escorria como um rio caindo pela escada que dava acesso aos andares do pavilhão, rio vermelho que foi lavado pelos próprios detentos, aqueles que sobreviveram ao Massacre e precisaram retornar ao local da tragédia para eliminar os vestígios da matança¹³. Findo o trabalho de limpeza, os sobreviventes foram encaminhados a hospitais próximos ao presídio, receberam atendimento médico e aos poucos retornaram ao Carandiru, não para o Pavilhão 9, que restou inteiramente destruído, mas para aqueles pavilhões que não foram atingidos pela tragédia.

Veena Das (2007), ao trabalhar a noção de experiência a partir de eventos críticos, aponta ser o cotidiano o lugar privilegiado para uma compreensão da violência. O evento crítico – o Massacre, no nosso caso, ou a Partição da Índia, no caso da análise da autora – é o momento do extraordinário, da violência extrema, em que a própria noção do humano e de realidade é colocada em xeque. Diante de eventos como esses, o retorno ao cotidiano representa o momento em que a vida, com todas suas relações e sentidos, precisa ser reconstruída, reinventada e reinterpretada. Assim que, ao retornarem ao Carandiru, sendo alocados em outros pavilhões, os sobreviventes dão início ao um processo de reconstrução da experiência prisional, das relações com os familiares e das resistências em relação ao Estado; é nessa volta que constroem seu entendimento acerca da vida e

¹³ A artista Lygia Pape realiza uma instalação no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, em 2001, intitulada Carandiru, na qual uma cachoeira de águas vermelhas faz uma alusão ao rio de sangue derramado no Pavilhão 9, no dia do Massacre.

da morte após Massacre.

A análise de Veena Das e o que ela chama de etnografia da violência inspiram de perto a compreensão do Massacre do Carandiru, como evento crítico. Ao se deter sobre as maneiras pelas quais homens e mulheres reconstruíram suas vidas e relações depois de dois eventos críticos – a Partição da Índia, em 1947 e 1948¹⁴; e os tumultos que tomaram lugar em Délhi depois do assassinato de Indira Gandhi, em 1984¹⁵ – Das se vê diante de narrativas que indicam a presença de graves violações aos homens e mulheres envolvidos, como raptos, estupros, tortura e assassinatos; narrativas do horror que a interessam em função dos modos diversos a partir das quais são construídas e, principalmente, em razão do que é reconstruído pelo trabalho de narrar ao longo do tempo. É na interseção entre a irrupção do evento crítico e a construção narrativa que a autora encontra a dimensão da experiência da violência e da reconstrução do cotidiano. É justamente por meio das composições narrativas que as pessoas envolvidas com a Partição de 1947 e 1948 e os tumultos de 1984 reconstroem a compreensão acerca do que é a vida, as relações, a família, a dignidade, a memória, o casamento etc.; é por meio dos relatos que os sujeitos organizam a experiência da violência extrema, construindo um novo mundo possível¹⁶.

Percorrer as narrativas do evento crítico, no caso em destaque, do Massacre do Carandiru, se apresenta como um caminho analítico interessante para compreender as formulações que os sujeitos que vivenciaram o evento construíram tanto sobre ele quanto sobre a natureza da violência e sobre os esforços necessários para reconstrução da vida cotidiana. Ler os textos produzidos pelos presos sobreviventes sobre o Massacre abre caminhos para uma compreensão sobre a violência e seus sentidos e também sobre a sobrevivência e suas relações com uma escrita da violência. As narrativas por mim reunidas, formando um corpus de textos sobre o Massacre, não se pretendem exaustivas, sendo que muitos escritos permaneceram de fora desta fronteira metodológica. Ao lado de dentro, incluiu-se textos produzidos por presos e que foram publicados – tornados públicos a partir da mediação de editoras ou editores. Nesse sentido, narrativas orais, histórias contadas sobre o Massacre, entrevistas, narrativas jurídicas não foram incluídas, ainda que existentes, já que o interesse da análise voltou-se para as relações entre o dentro e o fora da prisão a partir da noção de experiência de um evento crítico, como se verá à frente. Tendo como base estes textos, e não outros, estas narrativas, e não outras, a análise foi construída a partir da interpretação dos sentidos presentes no texto, sentidos compartilhados e recorrentes, o que aponta para uma

¹⁴ O processo de independência da Índia em relação à Grã-Bretanha se deu entre os anos de 1947 e 1948 e culminou na criação de dois estados independentes: Índia e Paquistão. Esse processo, no entanto, não se deu de forma pacífica, já que os antigos colonos lutavam contra o domínio inglês ao mesmo tempo em que disputavam o poder a partir de grupos identitários muçulmanos e hindus.

¹⁵ Indira Gandhi, primeira ministra indiana por quase vinte anos, foi assassinada por dois de seus seguranças, no jardim de sua residência, em outubro de 1984. Os assassinos eram parte do grupo étnico-religioso Sikh, que passou a ser perseguido depois do assassinato da primeira-ministra.

¹⁶ Das trabalha a noção de “mundo possível” ao identificar os limites preestabelecidos pela cultura punjabi. Os eventos críticos desestabilizam a noção de humano, no entanto, é o arcabouço cultural o que vai estabelecer os limites para a reconstrução do humano, determinando, portanto, o que é possível ou não. Para a autora, no entanto, o entendimento desse mundo possível se dá por meio do trabalho narrativo e do trabalho do tempo.

visão compartilhada de mundo, violência, opressão, resistência e reconstrução da vida e do mundo.

Seguindo as sugestões de Veena Das, é possível afirmar que as narrativas sobre o Massacre do Carandiru também são relatos de um mundo possível e que a relação entre o evento que tomou o Pavilhão 9 no dia 2 de outubro de 1992 e as vidas daqueles que lá estavam naquele dia deve ser compreendida a partir da tentativa de reconstrução do cotidiano por parte daqueles que sobreviveram à invasão do Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo. Os sobreviventes carregaram os corpos dos companheiros mortos, lavaram os pavimentos, foi preciso testemunhar, realizar exames de corpo delicto, produzir provas, assim como voltar a viver no presídio, reconhecer a ausência dos companheiros mortos, reconstruir a vida na prisão de antes. Em meio a tudo isso, não era possível falar sobre o Massacre. Antes é preciso tecer novamente o cotidiano, construir novas bases para a experiência, lembrando que aquele mundo, aquela realidade anterior ao Massacre, aquelas pessoas e relações, aqueles sentidos compartilhados que garantiam certa coerência à existência, não existiam mais. Era preciso reconstruir a noção de humano, de vida humana, de dignidade frente ao horror, frente à violência extrema. Das (1999) afirma que é a passagem do tempo, no distanciamento dos eventos críticos onde se criam os espaços para a elaboração das narrativas, quando é possível, então, falar e contar sobre o que aconteceu, o que se viu, o que se experimentou. Esta autora, ao analisar eventos próprios da história e cultura indiana e punjabi, identifica a formulação de narrativas diversas. Por um lado, estórias heroicas ou hiperbólicas, em que a violência se apresenta de forma extrema, o que a autora chama de quadros congelados, imagens estáticas, sem contexto, sem personagens explicitados. Por outro lado, as narrativas cotidianas que silenciam sobre os horrores mas reconstróem os sentidos da vida cotidiana, porque reconstróem as relações apesar das violências que foram experimentadas.

É nessa relação entre os quadros congelados – simbolização da violência extrema – e os relatos cotidianos que Das percebe a formulação de um mundo possível. Neste novo momento, pós evento crítico, o que é possível narrar? Certas narrativas poderiam, ao invés de tecer o cotidiano, esgarçá-lo ainda mais? É possível narrar tudo? O que resta indizível da experiência vivida?

As narrativas dos sobreviventes do Massacre formam uma miríade de textos diversa daquelas produzidas por sujeitos que não foram as vítimas do evento, indicada antes. Os relatos dos que viveram o evento estão pautadas na noção de experiência e no trabalho de reconstrução do cotidiano. Mas, de novo: tais relatos não surgiram assim que o Batalhão de Choque deixou o Pavilhão 9; foi preciso que os anos passassem para que estes textos fossem elaborados, juntamente com a reconstrução das vidas dos sujeitos, das relações entre eles, da memória, do cotidiano.

Assim que, não por acaso, quase uma década depois, as narrativas dos sobreviventes começam a povoar o imaginário social sobre o Massacre, oferecendo uma nova perspectiva sobre aquele evento – a perspectiva da experiência. Experiência não apenas do horror, mas, principalmente, da reconstrução da vida após o evento violento. As narrativas dos presos funcionam, assim, como relatos do que foi vivido, mas também, e principalmente, como uma estratégia de sobrevivência, como aquilo que permite um retorno à vida depois do acontecimento extremo. É por meio da

construção das narrativas – textos diversos e diferentes sobre o Massacre e sobre a prisão – que os presos reelaboram as relações e significações de seu mundo, marcado pela lembrança do Massacre, pela opressão contínua do Estado e pelo medo de que algo pior ocorra no momento seguinte.

*

Apesar do baixo grau de instrução¹⁷, presos e presas transitam pelo universo da escrita. Uma aproximação ao universo prisional revela o quanto tais sujeitos fazem uso desta prática para alcançarem objetivos diversos: cartas, bilhetes, letras de música, poesia e livros são produzidos cotidianamente, seja para estabelecer relações com outros presos e presas, para tecer relações com familiares e amigos fora do presídio, para produzir documentos que atestem relações perante o sistema de justiça, para narrar uma história, para se fazer conhecer, para participar de concursos, para tentar controlar o tempo, entre outras possibilidades (CÂMARA, 2001; PONCIANO, 2007; PADOVANI, 2014; PALMEIRA, 2018).

A prática da escrita pode ser percebida não apenas como uma recorrência, mas como algo próprio do cárcere; ela faz a prisão circular, transpondo, simbolicamente, as grades que a separam da sociedade extramuros. Se a prisão, num primeiro momento, foi considerada uma instituição total – para usar o célebre conceito de Goffman (2005) –, marcada pela baixa comunicabilidade entre o dentro e o fora, a prática da escrita, juntamente com outras práticas e dispositivos, construiu pontes na direção contrária: a prisão circula o tempo todo, transita, extrapola suas grades e muros, constrói comunicações, se faz conhecer pelos que estão impedidos de ali entrar, leva para fora os que não podem sair¹⁸.

Para além desses fluxos e elos que a escrita possibilita, as narrativas produzidas a partir da prisão também apontam para a construção da memória e do cotidiano após eventos violentos. Presos e presas escrevem para revisitar sua própria trajetória; para rememorar e compreender os ataques violentos da polícia; para contar os mortos; para projetar novos percursos; para esquecer e para lembrar. Alguns presos escreveram também para se reconhecerem e se constituírem como sujeitos após o Massacre, buscando resgatar uma dignidade de ser humano que foi anulada neste evento, e o fizeram, por vezes, a partir da construção da ideia de autor.

Mais que tratar do Massacre, as narrativas de presos sobreviventes pautam-se, principalmente, na experiência no cárcere e nas relações construídas de modo que a vida fosse possível naquele ambiente. O evento crítico gera, assim, uma série de narrativas que tratam não apenas da violência e do horror envolvidos no evento Massacre, mas também das estratégias e agenciamentos mobilizados para que o cotidiano na prisão fosse possível, apontando, ainda, para

¹⁷ Dados do último relatório do Depen sobre o perfil da população prisional, referente ao ano de 2016, aponta que 75% da população prisional brasileira possui até o Ensino Fundamental Completo e apenas 25% possui um nível escolar superior a esse, contando com o Ensino Médio Incompleto até acima do Superior Completo. Ver DEPEN, 2017.

¹⁸ As maneiras possíveis de circulação do cárcere podem ser percebidas como a questão de fundo que pauta diversas etnografias da prisão, como é possível perceber nos trabalhos de Godói (2011, 2016), Padovani (2014, 2017), Bumachar e Ferreira (2018), entre outros.

práticas que transformam o cárcere num lugar que atravessa física e simbolicamente seus muros e alcança a sociedade que se encontra fora dele.

Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru), de André du Rap e Bruno Zeni e Pavilhão 9, Paixão e Morte no Carandiru, de Hosmany Ramos, são livros produzidos por presos¹⁹ que têm sua origem no Massacre, mas extrapolam o evento crítico ao chamarem atenção para o cotidiano na prisão, para as relações humanas tecidas e reconstruídas cotidianamente no espaço do cárcere. Falar do Massacre é também falar dos mortos e pelos mortos, é dar nomes a eles e lutar contra uma objetificação imposta pelo sistema prisional tanto àqueles que morreram, quanto àqueles que sobreviveram e sobrevivem, cotidianamente. O Massacre faz emergir narrativas que dão conta do evento crítico, ao mesmo tempo que fazem circular a prisão por meio de enredos outros que não a tragédia. Estas narrativas revelam uma tensão presente nos textos dos cárcere entre a necessidade de relatar o horror e o desejo de fugir da tarefa de narrá-lo, tensão expressa na maneira como os volumes se estruturam, tomando o Massacre como ponto de partida – como aquilo que chama a atenção para a prisão – para então voltar-se para outros temas, também típicos da prisão, mas que antes da tragédia não recebiam a atenção do público leitor exterior ao cárcere.

Luiz Alberto Mendes e Humberto Rodrigues são os autores de Memórias de um Sobrevivente e Vidas do Carandiru, Histórias Reais, respectivamente. Essas são as obras permitem uma compreensão sobre a (re)construção do sujeito no cárcere a partir da elaboração de um livro. Os autores do cárcere, por meio da prática da escrita, inauguram um discurso interessado em uma reelaboração das interpretações vigentes sobre o sujeito preso, as quais determinam um entendimento sempre negativo, valorizando suas faltas e falhas, em detrimento daquilo que os colocaria na mesma esfera que os demais sujeitos, os não presos. A análise de tais obras elucidam as tensões presentes na literatura do cárcere acerca daquilo que Judith Butler (2015) chamou de produção de “enquadramentos”: se a sociedade produz continuamente os parâmetros pelos quais os indivíduos irão interpretar e reconhecer (ou não reconhecer) o “outro” (os “enquadramentos”), os escritos do cárcere buscam reestabelecer tais parâmetros de modo a incluir nesse reconhecimento (um reconhecimento do “humano”) o sujeito preso. Juntamente com o livro, que nasce no cárcere e circula para fora dele, temos também discursos que circulam e transformam o que se encontra fora da prisão a partir de uma prática que se dá ali dentro.

Há ainda outros livros que foram produzidos por presos, quase sempre tendo o Carandiru como seu ponto de partida. Para além dos volumes publicados por presos, como é o caso das obras acima relacionadas, há também um tipo de escrita do cárcere produzida de forma coletiva a partir de iniciativas externas ao cárcere, como é o caso da literatura de concurso. Concursos literários são presentes no cárcere, no entanto, por seu caráter diverso, tendo em vista sua autoria coletiva, desvela outras características da escrita no cárcere e as disputas relacionadas a essa prática.

¹⁹ O volume Sobrevivente André du Rap possui dupla autoria, sendo que André du Rap, no momento da elaboração do livro já se encontrava em liberdade e Bruno Zeni, jornalista e doutor em Literatura, atua conjuntamente na elaboração do livro, dando a ele sua forma final. Zeni, no entanto, não vivenciou a experiência nem do Massacre, nem da prisão.

Analisei esse tipo de escrita em outra ocasião (TAETS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elencar as narrativas que foram produzidas a partir do Massacre do Carandiru, é possível perceber a força de um evento crítico na proliferação de narrativas. O Massacre continua presente no imaginário da sociedade mesmo depois de 25 anos, as narrativas sendo o resultado de um esforço contínuo de interpretação e reconstrução de um entendimento sobre ele. Mas se, por um lado, as narrativas elaboradas sobre o Massacre assim que ele ocorreu foram produzidas por sujeitos que não vivenciaram o evento, aqueles que experienciaram o horror só puderam elaborar um entendimento sobre ele ao longo dos anos. Se a experiência diferencia um corpo de narrativas do outro, o lapso temporal também ajuda a localizar os autores de cada narrativa: estando de fora dos muros do Pavilhão 9 naquele 2 de outubro de 1992, foi possível narrar o evento tão logo ele ocorreu. Estando dentro, foram necessários muitos anos para ser possível falar algo, de forma estruturada e construir, assim, a memória sobre o evento.

Se o passar do tempo foi necessário para que as narrativas dos presos fossem elaboradas, foi preciso também a elaboração de um espaço de escuta em que estes textos pudessem ser recebidos e lidos. É só depois da sociedade criar um interesse pelo cárcere – exatamente a partir do momento em que o Massacre faz do Carandiru a marca da prisão – é que os textos daqueles que antes não eram ouvidos passam a ser recebidos por um público mais amplo, ainda que sob a alcunha de “literatura marginal”. Ainda que sob alguma suspeita, os relatos dos presos se tornam, então, a fala privilegiada para compreender a prisão e seus horrores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUMACHAR, BRUNA LOUZADA, FERREIRA, PEDRO PEIXOTO. Materialidades e maternidades: agência distribuída e produção de copresença em redes espaço-temporais de cuidado mobilizados por estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital. *Intersecções*, Rio de Janeiro, v.20, jun., 2018, p.7-92.
- BUTLER, JUDITH. Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto? *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 2016.
- CÂMARA, HELEUSA FIGUEIRA. Além dos muros e das grades (discursos prisionais). EDUC, São Paulo, 2001.
- DAS, VEENA. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *RBCS*, vol. 14, n. 40, julho de 1999, p. 31 a 42.
- _____. *Life and words. Violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 2007.
- DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização, Junho 2016, Brasília, 2017.
- GODOI, RAFAEL. Para uma reflexão sobre os efeitos sociais do encarceramento. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.5, n.1, 2011, p.138-154.
- _____. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência, Revista de Antropologia*, v.1, n.46, mar, 2016, p. 131-142.
- GOFFMAN, ERVING. *Manicômios, conventos e prisões*. Perspectiva, São Paulo, 2005.
- MACHADO, MAÍRA ROCHA. (Org). *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*. São Paulo, FGV Direito SP, 2015.
- MACHADO, MAÍRA ROCHA; MACHADO, MARTA RODRIGUES DE ASSIS; FERREIRA, LUISA MORAES ABREU. *Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização*. *Novos Estudos*, n. 94, nov. 2012, p.4 a 29.
- PADOVANI, NATÁLIA. CORAZA. *Confounding borders and walls. Documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons*. *Vibrant*, v. 10, n.2, 2014, p.340-376.
- _____. *Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”*. *Cadernos Pagu*, n.51, 2017.
- PALMEIRA, MARIA RITA SIGAUD SOARES. *Uma análise da escrita carcerária Brasileira Contemporânea. Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n.31: A experiência do confinamento, jan-jun, 2018, p.123 a 128.
- PONCIANO, JULIO CÉSAR. *Cartas da prisão: narrativa e alteridade*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado

em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SABAINI, RAPHAEL TADEU. Uma cidade entre presídios: percepções acerca de um contínuo entre a prisão e o urbano. *Sociedade e Território*, v.23, n.2, p.21-37, dez, 2011.

SILVESTRE, GIANE. Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TAETS, ADRIANA REZENDE FARIA. Em trânsito: o cotidiano de algumas agentes de segurança penitenciária do Estado de São Paulo. *Revista Mediações*, v.18, n.2, 2013, p.246-259.

_____. O dizível e o indizível: narrativas de dor e violência em cárceres brasileiros. *Anuário Antropológico*, v.39, n1, 2014, p. 169-194.

_____. Por escrito: o Carandiru para além do Carandiru. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.